

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
CURSO DE PSICOLOGIA**

MAÍRA MENDES DE ARAÚJO

**A FAMÍLIA NO PROCESSO ADOTIVO: UMA PERSPECTIVA
PSICANALÍTICA**

ATIBAIA/SP

2020

MAÍRA MENDES DE ARAÚJO

**A FAMÍLIA NO PROCESSO ADOTIVO: UMA PERSPECTIVA
PSICANALÍTICA**

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Psicologia no Centro Universitário
UNIFAAT, sob a orientação do Prof. Me.
Rafael da Nova Favarin

ATIBAIA/SP

2020

TERMO DE APROVAÇÃO

MAÍRA MENDES DE ARAÚJO

A FAMÍLIA NO PROCESSO ADOTIVO: UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia, para apreciação do Professor Orientador Me. Rafael da Nova Favarin, que após sua análise considerou o Trabalho _____, com Conceito _____.

Atibaia, SP, ____ de _____ de 2020.

Professor Orientador Me. Rafael da Nova Favarin

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor orientador Me. Rafael da Nova Favarin, que contribuiu para minha formação, sempre me orientando e compartilhando seu conhecimento com mestria.

Agradeço a Deus, que tem me dado forças quando mais precisei, aos meus pais, que desde pequena me ensinou valores importantes como determinação e perseverança, fazendo com que eu me tornasse a primeira formanda em Ensino Superior de minha família.

Aos meus amigos e colegas de sala, em especial Ingrid e Sandra que me acompanharam e me fizeram sentir que sempre tive pessoas para me ajudar.

Por fim, a todos que me apoiaram e contribuíram durante esses anos, para a conclusão deste curso.

"Adotar é acreditar que a história é mais forte que a hereditariedade,
que o amor é mais forte que o destino".

(Lidia Weber)

RESUMO

O presente trabalho intitulado "O processo de adoção e os temores desenvolvidos pelas famílias que adotam uma criança" teve por objetivo investigar os aspectos afetivos que envolvem famílias que adotam sob a luz da Psicanálise. A temática escolhida se deu pela curiosidade de compreender melhor assuntos os quais são vagos ao conhecimento da pesquisadora, além da pouca vivência com um familiar adotivo que contribuiu para a escolha do tema. O método adotado para a construção da pesquisa, destina-se de uma abordagem qualitativa, com base no levantamento da literatura científica pesquisada em artigos, livros, teses e dissertações. Através desse levantamento surgiram dois eixos teóricos que deram forma a esse trabalho. O primeiro capítulo destinou-se a construção histórica da adoção, além de destacar a dificuldade em estabelecer um vínculo afetivo com o filho, angústias, inseguranças e os processos para adoção de uma criança. O segundo capítulo dedica-se a identificar os motivos e consequências da devolução de crianças e adolescentes, analisando ainda a constituição da criança em um ambiente facilitador na presença de uma mãe suficientemente boa. Os dados obtidos apresentam temores sobre o momento da revelação da adoção ao filho, necessidade de preparo dos pais para a filiação adotiva, presença de apoio profissional para prevenção da devolução e ainda temores e fantasias de perda da criança adotada. Conclui-se que o processo de adoção é fonte de uma intensa carga emocional e sentimentos ambivalentes que merecem uma atenção especial dos profissionais de psicologia. As adaptações ambientais devem ser suficientemente boas, confiáveis e seguras, para o desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Adoção. Psicanálise. Devolução de Crianças. Ambiente Suficientemente Bom.

ABSTRACT

The present work entitled " The adoption process and the fears developed by families that adopt a child " aimed to investigate the affective aspects that involve families they adopt in the light of Psychoanalysis. The chosen theme was due to the curiosity to better understand subjects which are vague to the researcher's knowledge, in addition to the little experience with a foster family member who contributed to the choice of the theme. The method adopted for the construction of the research is intended for a qualitative approach, based on the survey of the scientific literature researched in articles, books, theses and dissertations. Through this survey, two theoretical axes emerged that gave way to this work. The first chapter was aimed at the historical construction of adoption, in addition to highlighting the difficulty in establishing an emotional bond with the child, anxieties, insecurities and the processes for adopting a child. The second chapter is dedicated to identifying the reasons and consequences of the return of children and adolescents, also analyzing the child's constitution in an enabling environment in the presence of a sufficiently good mother. The data obtained show fears about the moment of disclosure of the adoption to the child, the need to prepare the parents for the adoptive affiliation, the presence of professional support to prevent the return and even fears and fantasies of the loss of the adopted child. It is concluded that the adoption process is the source of an intense emotional charge and ambivalent feelings that deserve special attention from psychology professionals. Environmental adaptations must be good, reliable and safe enough for the child's development.

Keywords: Adoption. Psychoanalysis. Returning children. A good enough environment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A HISTÓRIA DA ADOÇÃO	11
1.1 O medo do abandono e o segredo da adoção	14
2. A PROBLEMÁTICA DA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTIVOS	16
2.1 Mãe suficientemente boa e ambiente facilitador	17
DISCUSSÃO	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	26

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito discorrer sobre o processo de adoção e os temores desenvolvidos pelas famílias que adotam uma criança. Uma prática ainda encoberta por inseguranças, medos, fantasias e angústias seja dos adotantes ou das crianças adotadas. Desta forma, parte da seguinte questão: “quais os temores desenvolvidos pelas famílias que adotam uma criança?”

Este trabalho, tem como referência a base “teórica da Psicanálise, que parte da compreensão de que todo sujeito, seja ele biológico ou adotivo juridicamente, necessita ser adotado no desejo do par parental que o escolheu” (OLIVEIRA; SOUTO, 2017, p.910).

Compreende-se que a família adotiva deve ter uma capacidade para cuidar da criança, oferecendo um atendimento às suas necessidades, respeitando seu tempo de adaptação e trauma vivenciado anteriormente, disponibilizando-se afetivamente a ela. Neste contexto, em tese, os pais devem respeitar a necessidade da criança em desenvolver uma confiança com a nova família, o que a levará a uma criação de vínculos afetivos. Contudo, diante de dificuldades na dinâmica da parentalidade / filiação, o acompanhamento psicológico pode ser um caminho para a dissolução de medos e fantasias.

A psicoterapia é um espaço para que a família possa se reorganizar com a chegada do filho adotivo, oferecendo um ambiente suficientemente bom ao desenvolvimento emocional. O novo ambiente deve respeitar as necessidades da criança em constituir-se em um ambiente de holding e de acolhimento (VERCEZE et al., 2015).

Sendo assim, para que o processo de adoção cumpra seu papel e seja inteiramente eficaz, tanto a família quanto a criança podem se amparar na ação terapêutica (VERCEZE et al., 2015). A Psicanálise é uma das abordagens que se dedicam a analisar as motivações inconscientes envolvidas em todos os processos psíquicos referente a adoção, sendo assim, essa pesquisa é baseada no âmbito psicanalítico, com a contribuição de diferenciados autores, tais como: Winnicott, Freud e Klein.

De acordo com Reis (2010, p.18) “a obra de Donald Woods Winnicott pode contribuir de forma significativa para o entendimento do assunto em foco. Além de ser considerado um dos autores clássicos da psicanálise (ao lado de Freud, Klein,

Bion e Lacan)”. Como pediatra e psicanalista, Winnicott tem uma visão especial em relação a adoção, dando destaque ao ambiente e enfatizando a importância da mãe no processo de adoção.

A elaboração dessa pesquisa foi de interesse particular da autora, que buscou investigar os aspectos afetivos que envolvem famílias que adotam.

Do ponto de vista científico, os dados levantados podem contribuir para novas pesquisas, aprofundamento do assunto, maior conhecimento da temática e dirimir dúvidas sobre a ação de adotar uma criança ou adolescente. A pesquisa poderá contribuir academicamente aos alunos, os quais se interessam por esse tópico incentivando-os diante da temática, como também à pesquisadores, os quais procuram informações que possam lhes oferecer um olhar amplo, ou uma outra posição, sobre esse determinado ponto.

Socialmente, essa temática ajudará a comunidade na investigação de novas informações, concretas e teóricas sobre o ato de adotar, rompendo o estereótipo de que todas as crianças adotadas crescem e rejeitam os pais, constituem-se de má índole ou apresentam algum transtorno, uma vez que tais argumentos estão no senso comum e necessitam da sua dissolução com base na ciência.

Para a realização desta pesquisa, conforme descrito acima, partiu-se da seguinte questão: Quais os temores desenvolvidos pelas famílias que adotam uma criança? Deriva esta pergunta, seu objetivo geral, ou seja, investigar os aspectos afetivos que envolvem famílias que adotam. Já, o objetivo específico, pretende apresentar os possíveis temores encontrados nas famílias em processos de adoção.

Como hipótese de trabalho acredita-se que a adoção quando bem realizada e acompanhada, pode trazer benefícios afetivos e constitutivos para a família que adota, bem como para a criança / adolescente adotada.

Para a realização deste estudo, o método adotado será qualitativo, com base no levantamento da literatura científica pesquisada em diversas bases de dados, entre as quais: Scielo, Google Acadêmico, BVS-Psi, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, privilegiando a leitura de artigos, capítulos de livros, teses e dissertações. Além disso, serão beneficiados artigos publicados nos últimos dez anos a respeito da temática, bem como textos de autores clássicos do corpus teórico psicanalítico.

Este estudo foi construído em dois eixos teóricos, sendo que no primeiro destinou-se a construção histórica da adoção. Dentre os pontos discutidos destaca-

se a dificuldade em estabelecer um vínculo afetivo com o filho, angústias, inseguranças e os processos para adoção de uma criança.

O segundo capítulo dedica-se a identificar os motivos e consequências da devolução de crianças e adolescentes, analisando ainda a constituição da criança em um ambiente facilitador na presença de uma mãe suficientemente boa.

1. A HISTÓRIA DA ADOÇÃO

A adoção é uma prática frequente em nossa sociedade, porém ainda encoberta e silenciosa, uma vez que se mostra balizada por pré-julgamentos sociais e afetos contraditórios entre os quais: inseguranças, medos, fantasias e angústias, seja dos adotantes ou das crianças adotadas. Para compreender melhor esta temática, este primeiro capítulo percorrerá, sem a pretensão de esgotar o assunto, os aspectos históricos que permeiam o processo de adoção. Assim, busca-se delinear esta questão, clarificando o assunto em sua perspectiva histórica.

A adoção é descrita em documentos desde antigamente como na bíblia, com a história de Moises. Nesta história, um faraó determina com uma ordem de que toda criança do sexo masculino nascida deveria ser morta. A mãe de uma das crianças resolveu deixar seu filho à beira de um rio, na esperança em que sobrevivesse. A criança recebe o nome de Moises, onde é encontrada pela própria filha do Faraó, que o adota como filho, sendo esse futuramente o herói de seu povo.

Paiva (2004), afirma que essa temática tem vários significados, tanto religiosos quanto políticos, porém dependendo de cada cultura e do modo de pensar, pode ser valorizada ou não. Na Idade Média, sob influência da Igreja Católica, a adoção não foi bem vista, alegavam que poderia influenciar o reconhecimento legal dos filhos adotados. No século XVI o filho adotado não desfrutava dos direitos reservados a ele, como a sucessão política ou a herança patrimonial.

O cristianismo modificou o fundo político e religioso da organização familiar, o que levou a diminuir a importância da adoção. As crenças do cristianismo, que assegurava aos cristãos a morada eterna depois da morte, levaram a anulação das preocupações daqueles que não possuíam descendência, inibindo o ato de adoção com a mesma finalidade que fora apresentada na antiguidade (PAIVA, 2004).

No Brasil, em meados do século XIX, até metade do século XX ocorreram transformações sociais referentes as políticas sociais voltadas a infância. Nesse período ocorreu o avanço da legislação pró-infância constituída nos Direitos das Crianças e surgiram as primeiras leis sobre adoção (PAIVA, 2004).

Antes do século XX as adoções não eram regulamentadas por leis, sendo assim os casais sem filhos iam até as Rodas de Expostos¹ para adotar uma criança. Essas soluções davam assistência à criança abandonada, pois a família brasileira tem o hábito de cuidar de filhos alheios, chamando-os assim de filho de criação. Esse acolhimento informal está presente até os dias atuais e são grandes os números de crianças e adolescentes que passam metade de suas vidas junto a famílias que não são de seu sangue (PAIVA, 2004).

Para o juizado da infância e da juventude, a experiência de adoção é singular a cada família, com aspectos relacionados a adoção e caridade; adoção e infertilidade; como também mitos e medos relacionados a revelação da adoção para o filho.

Aspectos estes, que aproximam as famílias de profissionais como, médicos, psicólogos, professores, profissionais e, que muitas vezes, não tiveram a oportunidade de se aprofundar sobre essa temática. As famílias procuram nesses profissionais opiniões científicas, porém muitas vezes o que recebem são opiniões preconceituosas e cheias de estereótipos por não terem conhecimento da temática apresentada (MAUX; DUTRA, 2010).

Com isso, muitos profissionais ao receberem casais com o desejo de adotar uma criança, relacionavam essa decisão como loucura, com estereótipos que desestimulavam as pessoas ao processo de adoção, uma vez que levavam a pensar que o filho traria problemas futuramente, ou que a mãe não teria direito a licença maternidade, tal como uma mãe biológica, pois não havia sido ela quem havia gerado a criança. Esses comentários além de preconceituosos podem deixar sentimentos de angústias às mães adotantes, sentimento de incapacidade em exercer o papel de mãe, que requer cuidar, proteger e educar (MAUX; DUTRA, 2010).

Segundo Weber (2001 apud MAUX; DUTRA, 2010) até os anos 80, uma adoção muito comum aqui no Brasil era conhecida como adoção à brasileira. Tratava-se de uma prática ilegal que consistia em registrar uma criança, nascida de terceiros, sem passar pelos tramites legais. Nesta época, a prevalência desse tipo

¹ A roda de expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950! Sendo o Brasil o último país a abolir a chaga da escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da roda dos enjeitados.

de adoção no Brasil, chegava a 90% do total de adoções. Sendo assim, a adoção era escondida, como motivo de vergonha e humilhação. Hoje em dia a adoção à brasileira é proibida, porém ainda é praticada e as pessoas que as fazem, por vezes, justificam dizendo que não sabiam sobre a sua ilegalidade, e que na época de seu avô e de seu pai a adoção era realizada desta forma. Desta forma, saltam algumas questões que se mostram pertinentes à reflexão: Quais são as representações que estão na base da adoção quando realizada de forma ilegal? Quais afetos mobilizam as famílias que buscam adotar por meios não legais? Se ainda vivemos na cultura do preconceito, como será o desenvolvimento desta criança se não pode ser legitimada em sua posição social e discursiva?

Em 13 de julho de 1990, a lei 8.069, chamada de Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), introduz modificações importantes e busca eliminar qualquer distinção entre filhos biológicos e adotivos. O ECA regulamenta adoção de crianças e adolescentes até 18 anos ou de adolescentes até 21 anos que já estejam sob a guarda ou tutela dos adotantes antes de completarem 18 anos (PAIVA, 2004). Porém em novembro de 2009 ocorreram mudanças com a lei 12.010/09, chamada de Nova lei da Adoção, colocando como prioridade a garantia do direito e convivência familiar para as crianças e adolescentes. Antigamente, somente os casais sem filhos poderiam adotar uma criança, mas após a Lei 3.133/57 mudanças foram ocorrendo e casais que já possuíam filhos também poderiam adotar (BRASIL, 1957). A partir da Lei 4.655/65, além das pessoas casadas, as viúvas e os divorciados passaram a ter direito pela adoção. Essa lei coloca também que os filhos adotivos teriam a possibilidade de ter os mesmos direitos legais que os filhos biológicos.

Somente com a constituição de 1988 a lei passou a tratar de forma igualitária todos os filhos, sendo biológico ou adotivo. O ECA ampliou os benefícios da adoção a todos os menores de 18 anos, garantindo a permanência no âmbito da família adotiva, como filho e com os mesmos direitos dos filhos biológicos. Além de que, garante a todas as pessoas maiores de 18 anos o direito de adotar, independente de seu estado civil ou condições de fertilidade.

Legalmente, quando o juiz recebe uma solicitação de adoção a uma criança ou adolescente, é considerado em primeiro lugar o grau de parentesco de quem está querendo adotar. Antes de ser aceita a solicitação de adoção, é investigado os vínculos genéticos dos adotantes, pois é direito da criança permanecer junto da sua

família biológica antes de ser encaminhada à uma família sem laços consanguíneos, deixando os pais adotantes em segundo plano. O que hoje fica evidente, é que em primeiro lugar deve-se privilegiar a criança e não, determinada família que pretenda adotá-la (MAUX; DUTRA, 2010).

Percebe-se também preconceito em relação ao desconhecimento sobre a genética da criança adotada, por isso muitos veem essa temática como um risco, com medos e preocupações de adotar uma criança que venha de uma família com comportamentos e personalidade negativa. O que é desconhecido e o que é novo pode provocar fantasias, as vezes positivas, mas muitas vezes ameaçadoras. Sendo assim, quando uma pessoa adota uma criança que apresenta dificuldades ou alguma outra questão negativa, a culpa sempre é lançada sobre os pais biológicos. Porém quando o filho adotivo apresenta características positivas, e alcança com êxito algum objetivo, os pais adotivos sentem-se orgulhosos pela educação e criação dada a criança, esquecendo-se dos pais biológicos (MAUX; DUTRA, 2010).

1.1 O medo do abandono e o segredo da adoção

Ao adotar uma criança como filho, alguns pais sentem medo de serem abandonados pelo filho, sentem dificuldades para revelar ao filho sobre sua real história de vida, sentem insegurança em relação aos vínculos afetivos desenvolvidos entre eles, gerando assim fantasias de que um dia o filho resolverá buscar informações sobre os pais biológicos, escolhendo ficar com sua família de sangue e abandonando sua família adotiva (MAUX; DUTRA, 2010).

Alguns pais por medo do abandono do filho adotivo, sentem dificuldades em colocar limites na criança, com receio do filho ficar chateado e sentir que os pais não o amam, querendo assim procurar sua família de origem. Essa atitude pode acarretar futuramente, no desenvolvimento de uma criança desobediente, ou um adolescente rebelde, que precisaria de apoio e possivelmente acompanhamento psicológico.

Muitas vezes a culpa recai sobre a adoção, porém na realidade é a insegurança dos pais em construir um vínculo afetivo com o filho, o medo de não ser visto como o pai de direito que, muitas vezes, promove dificuldades futuras. Por esses receios, os pais escondem a história da adoção de seus filhos, criando

mentiras e histórias fantasiosas, com intuito de proteger a história da adoção (MAUX; DUTRA, 2010).

Alguns casais que não podem gerar, escondem a adoção do filho. De acordo com Paiva (2004) esses casais possuem dificuldades em elaborar o luto pela infertilidade, encontrando dificuldades para revelar ao filho sobre sua história, com o intuito de não reviver suas incapacidades e frustrações.

Os pais com maiores dificuldades em elaborar o luto pela infertilidade têm o vínculo com o filho adotivo muitas vezes prejudicado. Já os pais que não apresentam conflitos sobre a infertilidade em geral, estabelecem vínculos afetivos positivos com o filho adotivo (MAUX; DUTRA, 2010).

Pensando nisso, atualmente, conforme a legislação vigente, o casal que procura pela adoção de uma criança, passa por uma avaliação e por uma investigação sobre quais os motivos que os levaram a adoção. Sendo assim, psicólogas e assistentes sociais realizam um estudo psicossocial, entrevistas e visitas. Após esta etapa, sendo declarados aptos para adoção, são incluídos na lista de cadastro.

Muitos casais escolhem as características que a criança precisa ter para adotá-la tais como: cor, idade, cor dos olhos, cor dos cabelos, e por conta dessas preferências, muitas vezes a demora para ser chamado e conhecer a criança para adotá-la pode ser maior.

Esse trabalho de investigação e entrevistas são realizados por psicólogas e assistentes sociais que fazem parte de uma equipe interdisciplinar da Vara da Infância e da Juventude, com o serviço Auxiliar da Infância (SAI), que segundo Silva (2003 apud TIBOLA; KEMMELMEIE, 2012, p. 693) tem como “objetivo prestar atendimento de orientação às pessoas que buscam o judiciário e auxiliar o juiz nas questões relacionadas aos processos e outras questões judiciais”.

Contudo, mesmo após tantos procedimentos legais, angústias e longa espera para realização da adoção de uma criança/adolescente, existe a chamada devolução de crianças adotivas (ROSSATO; FALCKE, 2017). Dito isto, surgem algumas questões: Por que a devolução ocorre? O que alegam os cuidadores? Quais as consequências desse ato de devolução?

2. A PROBLEMÁTICA DA DEVOUÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADOTIVOS

A devolução de crianças é um problema que afeta inteiramente a família, não somente as crianças e adolescentes, mas também aos pretendentes à adoção, causando danos psicológicos caso ocorra a interrupção do processo (ROSSATO; FALCKE, 2017).

Em consequência dos danos psicológicos que a devolução de crianças pode acarretar, é necessária uma ampla compreensão sobre o assunto, procurando auxiliar autoridades e órgãos competentes para lidar com tal situação e repercussões desenvolvidas por tal ato após a adoção (ROSSATO; FALCKE, 2017).

De acordo com Goes (2014, p. 89):

Esse comportamento viola os direitos da criança e adolescentes como; Separação da criança de sua família de origem, o processo de destituição do poder familiar, as adoções e devoluções antes e pós adoção, as não-adoções tardias (crianças na idade acima de três anos têm mais dificuldades para ser adotadas), entre outras.

Na devolução de uma criança adotiva, os principais fatores são: Os pais, não ser da mesma família, serem muito jovens, ter pouco nível educativo, dificuldades em lidar com a diferenças, incapazes de lidar com a agressividade da criança. Quanto as crianças, terem idade mais avançada, exposição ao álcool e drogas antes do nascimento, ter sofrido algum tipo de abuso (ROSSATO; FALCKE, 2017).

Existe uma ampla gama de estudos focado na temática da devolução de crianças, focalizado nos fatores que podem levar a interrupção da adoção (ROSSATO; FALCKE, 2017).

Percebe-se que há muito a refletir sobre devolução de crianças e adolescentes, pois esse ato pode causar graves impactos para os mesmos. Aspectos emocionais, construção de identidade, relação com o mundo, relações interpessoais futuras e outros. Para a criança, a devolução no processo adotivo significa um novo abandono, um fracasso, com sentimento de culpa, podendo consequentemente acarretar em transtornos mentais, depressão, etc. (GOES, 2014).

A mesma autora, diz que há necessidade em debater aspectos sobre filiação adotiva em diferentes contextos sociais, como escolas, hospitais, universidades e literatura. Através desses diferentes meios de comunicação visa expandir

informações, conhecimentos e orientações para que ocorra a redução do preconceito e da discriminação. A escolha da adoção deve ser planejada e refletida, por tanto os adotantes precisam de preparo antes de tal decisão, esses devem ver a preparação como fortalecimento e não como perda de tempo, pois a adoção é uma relação com diferentes sujeitos, isto é, não tem haver somente com a criança, mas também com os pretendentes a adoção e suas histórias peculiares.

2.1 Mãe suficientemente boa e ambiente facilitador

Apoiado pelo referencial winnicottiano, analisa-se que os pais adotivos devem se preparar para a parentalidade, e que mesmo antes da chegada da criança o ambiente interfere na constituição subjetiva do adotado, os pais devem adaptar não somente o espaço físico, mas também pensar sobre o impacto no psiquismo da criança que essa situação acarreta. (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015).

Os autores ainda afirmam que, a psicoterapia é uma das principais preparações antes da tomada de decisão. Pais que receberam ajuda psicoterapêutica antes da adoção, se sentiram mais confiantes e preparados para exercerem os papéis materno e paterno, porém a atenção psicológica futura não seria descartável.

Por intermédio da escuta atenta e acolhimento, os profissionais têm a capacidade de captar o lugar destinado à criança no psiquismo do casal. Contudo, a atuação de diferentes profissionais como psicólogo e assistentes sociais são fundamentais para mediar as necessidades de pais e filhos adotivos, contribuindo para a criação de um ambiente facilitador, amparando-os nesse período de transição familiar.

A adoção suficientemente boa, não é apenas um evento bem-sucedido de integração da criança em um lar substituto. Mas um longo processo no qual os familiares, os pais e a própria criança se esclarecem, identificam-se e se enriquecem mutuamente transformando-se, na medida em que assumem posições que contribuem para a construção de um ambiente saudável, no qual papéis, escolhas, finalidades, valores e necessidades sejam convenientes. A família que consegue levar a adoção como um processo criativo e transformador, pode promover um bom desenvolvimento para todos os seus membros, sendo receptor de angústias ou

fantasias que podem coexistir e serem elaboradas, dando espaço às possibilidades de encontro, aprendizado compartilhado e construção de laços afetivos sólidos e duradouros (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2012).

Conforme Nasio (1995), a mãe que se adapta as necessidades do filho nos primeiros meses de vida, é chamada por Winnicott de mãe suficientemente boa. Isto é, boa o bastante para possibilitar uma convivência com ela sem prejuízo para sua saúde psíquica.

A mãe suficientemente boa permite à criança pequena desenvolver uma vida psíquica e física fundamentada em suas tendências inatas. Assim, ela pode experimentar um sentimento de continuidade da vida, que é o sinal da emergência de um verdadeiro self, de um verdadeiro eu. Com esse termo, self verdadeiro, abordamos uma das noções mais abstratas da teoria winnicottiana (NASIO, 1995, p.186).

O mesmo autor enfatiza que, o verdadeiro self manifesta-se através da espontaneidade e ideias pessoais, o gesto espontâneo é identificado como o verdadeiro self em ação, podendo ser criador e sentido como real.

Algumas vezes a mãe não consegue se adaptar as necessidades do filho, sendo incapaz de identificá-las, não respondendo aos gestos espontâneos do bebê, mas substituindo pelos seus, essas descrições são referentes a uma mãe não suficientemente boa.

As falhas de adaptação da mãe podem acarretar na personalidade do bebê construída com base em um falso self. Por ser incapaz de sentir as necessidades do bebê, esse renuncia a esperança de vê-las satisfeitas, obrigando-lhe a adotar um modo de ser falso. O falso self leva a uma desorganização da vida psíquica, induzindo o sujeito a experimentar um sentimento de irrealidade a respeito de si mesmo e da vida em geral, esse sentimento pode acarretar sérias descompensações.

Por conseguinte, para um desenvolvimento saudável e uma estrutura psíquica sadia, a criança necessita de um ambiente facilitador e da mãe suficientemente boa.

O bebê depende do cuidado materno e da empatia materna, mais do que a compreensão poderia ser verbalmente expressa. Esse é um período do desenvolvimento do ego, e a integração é o principal aspecto desse desenvolvimento. Sendo assim, no desenvolvimento do lactente de habitualmente se tornar capaz de controlar, e o ego de incluir, o id é a relação do cuidado materno, o

ego materno complementando o ego do bebê e assim tornando-o forte e estável (WINNICOTT, 1983).

Diante do cuidado materno para o desenvolvimento da criança, existe uma fase chamada Holding ao que se refere, à sustentação.

Segundo Nasio (1995, p.185) “[...] A mãe protege o bebê dos perigos físicos, levando em conta sua sensibilidade cutânea, auditiva e visual, sua sensibilidade às quedas e sua ignorância da realidade externa. Através dos cuidados cotidianos, ela instaura uma rotina, sequências repetitivas”. Ou seja, o holding, relaciona-se como o modo de segurar o bebê, não somente fisicamente, mas psiquicamente. Essa sustentação oferece esteio ao eu do bebê em seu desenvolvimento, colocando-o em contato com a realidade externa, para que ele possa se integrar no tempo e no espaço.

Nessa fase o ego se transforma de um estado não-integrado em uma integração estruturada, tornando o bebê capaz de experimentar a ansiedade que é associada à desintegração. Essa palavra começa a ter um sentido que não possui antes da integração do ego tornar-se um fato. Nesse estágio a criança retém a capacidade de reexperimentar estados não integrados. Mas isto depende da continuidade de um cuidado materno consistente. No progresso do desenvolvimento do bebê nessa fase, ele chega ao que se chama de “estado unitário”. Ou seja, tornando-se uma pessoa, com individualidade própria (WINNICOTT, 1983).

Com o cuidado que o bebê recebe da mãe, ele é capaz de ter uma existência pessoal, construindo o que se pode chamar de continuidade de ser, desenvolvendo gradualmente no indivíduo. No entanto, se o cuidado materno não for suficientemente bom, o bebê não vem a existir, não há continuidade de ser, construindo sua personalidade baseada em reações e irritações do meio (WINNICOTT, 1983).

A criança é sensível às relações entre seus pais, se entre as paredes do lar tudo ocorrer bem, a criança mostra seu apreço por encontrar a vida mais fácil, mostrando-se mais contente e mais dócil de conduzir. Podendo ser o que uma criança entende por “segurança social” (WINNICOTT, 2019).

O papel do pai, é de extrema importância, sobretudo na função de proteção da mãe e provedor do lar. Dito isso, é fundamental que este pai ajude a mãe a sentir-se bem com seu corpo e feliz em seu espírito. O pai é necessário para dar apoio moral à mãe, ser um esteio a sua autoridade, sustentando a lei e a ordem que

a mãe impõe na vida da criança. O pai não precisa estar presente o tempo todo, mas com maior frequência para que a criança o perceba como ser vivo e real (WINNICOTT, 2019).

Após o bebê tornar-se um ser unitário, a figura paterna torna-se sobretudo importante, pois é nessa hora que o bebê começa a integrar a vida instintual. Conquistando a capacidade de assumir a responsabilidade pela destrutividade aos impulsos instintuais primitivos. Apropriando-se desses impulsos como pertencentes a si mesmo, ela se dá conta dos estragos que sua impulsividade faz com a mãe; É nessa hora, que passa, a contar com a presença do pai, sua firmeza, capacidade de intervir e proteger a mãe de seus próprios impulsos.

Segundo Dias (2017, p.121) “[...] Se o pai não fizer sua parte, a criança perderá a liberdade de se movimentar, de agir e ficar excitada, desenvolvendo um autocontrole que paralisa a espontaneidade e inibe a instintualidade em geral”.

Além disto, o papel do pai na vida emocional da criança, influência em suas relações amorosas futuras e ligações com outras pessoas. Sobretudo, essa figura gratificante do pai, quando percebido pela criança, é criada em parte sobre a relação com a mãe (KLEIN, 1996).

A mãe, e após, o pai, e ainda depois a família e os grupos sociais cada vez mais amplos suprem os cuidados e necessidades da nova fase que se inicia na vida da criança.

DISCUSSÃO

A adoção envolve aspectos individuais e sociais, remete-se a primeira relação do ser humano com a mãe e, conseguinte, com outros integrantes da família. Existem questões pessoais, familiares e institucionais, visto que ocorrendo a separação dos genitores, há a necessidade de outra pessoa responsabilizar-se por tal bebê e seu desenvolvimento.

Através da teoria Winnicottiana, compreende-se que a família adotiva deve oferecer a criança um ambiente confiável, proporcionando um desenvolvimento saudável. Entende-se que no processo de adoção, deve-se levar em conta todos os envolvidos, não apenas e inclusive a criança.

Diante disto, o trabalho buscou apresentar os possíveis temores encontrados nas famílias em processo de adoção. No decorrer da pesquisa surgiram aspectos relevantes como angústias, receios, medos, expectativa durante e após a adoção, dificuldade em revelar ao filho sua verdadeira história, fantasias de que um dia serão abandonados pelo filho e insegurança em construir vínculo afetivo com a criança.

Conforme relata Paiva (2004) existem pais que não podem gerar, apresentando dificuldade em elaborar o luto pela infertilidade. Com isto, ao adotar uma criança, observou-se que com frequência, esses pais expressam uma resistência ao revelar a verdadeira história ao filho.

Angústias e fantasias, que o filho os deixará se souber a verdade, sentimento de que a criança irá crescer com o desejo de conhecer os pais biológicos e escolherá viver com estes. Ainda que, o processo de adoção seja realizado juridicamente, com a presença de profissionais, e algumas vezes até com o consentimento da mãe biológica, algumas mães que adotam, revelam sentimento de culpa, como se estivessem tirando da mãe biológica o direito de exercer a maternidade e medo de ser punida com a perda do filho, criando um bloqueio ao revelar a verdade.

Quando a insegurança dos pais em perder o filho que criara é grande, surge uma dificuldade em colocar limites, chamar atenção e falar firme com a criança. Porém, essa atitude faz com que essa criança cresça com rebeldia e desobediência.

As crianças, que vivem em lares adotivos, que crescem e tornam-se dependentes de substâncias ilícitas, ou até mesmo portadores de transtornos mentais, esses podem estar relacionadas a hereditariedade?

Com uma sociedade tão preconceituosa e crítica como a que se vive, quando se fala de adoção, a resposta é positiva. A culpa recai sobre os genitores e sobre sua verdadeira história, não levando em conta, o ambiente inseguro e com dificuldades em estabelecer vínculos afetivos em que essa criança vive.

Logo, é válido fomentar a importância do diálogo entre a criança adotada e os pais, sobre sua origem. A criança precisa saber de onde vem desde cedo, para que possa entender e vivenciar os sentimentos e ambivalência, como amor e desgosto, elaborando-os e deixando-os para trás.

Em relação a essa temática, existe ainda um estereótipo de que mais tarde a criança adotada se tornará um sujeito de má índole, apresentará problemas comportamentais, entre outros. No entanto, são preconceitos feitos por uma sociedade sem conhecimento do processo.

A personalidade e desenvolvimento da criança dependerá de um ambiente facilitador e uma mãe suficientemente boa, que possibilite a convivência consigo sem prejuízo psíquico a qual dará condições para que a criança se constitua sobre um verdadeiro self manifestando sua espontaneidade.

Para que a mãe possa identificar as necessidades de seu filho, ela precisa compreendê-lo, identificando-se com seu filho, para contribuir no desenvolvimento emocional da criança. A capacidade de identificar-se com outra pessoa, é importante para o vínculo social e condição básica para expressar afetos fortes e verdadeiros (KLEIN, 1996). A mãe suficientemente boa, deve oferecer ao bebê um ambiente de confiança, de proteção, para que este, venha sentir-se acolhido e aceito. Assim sendo, a mãe precisa oferecer ao filho o holding.

De acordo com Nasio (1995) o holding é a sustentação ao desenvolvimento da criança, preparando-a para um futuro com a realidade externa. Compreende-se então, que ao falhar em oferecer a sustentação tanto física quanto psíquica, a criança não consegue se integrar.

Através do cuidado recebido da mãe, a criança passa a existir, construindo a continuidade de ser (WINNICOTT, 1983). Todavia, se a mãe não lhe oferece um cuidado suficientemente bom, essa mesma criança pode não ser capaz de ter uma

existência pessoal. Sua personalidade então, passa a ser baseada em ações a partir do meio.

Winnicott, (2019) afirma que, para um desenvolvimento saudável, o pai deve estar presente na vida da criança, dando apoio a mãe e sustentação a sua autoridade. A criança pode perceber um dos pais como objeto de amor, enquanto o outro é detestado. Se o pai não estiver por perto, a criança pode agredir a mãe, e o pai não estará lá para protegê-la. A criança certamente odiará alguém, se o pai não estiver para ser alvo, esse sentimento será direcionado a mãe, confundindo assim a criança, pois essa é fundamentalmente quem a criança mais ama.

Isto posto, nota-se que a relação do pai e da mãe em conjunto, auxilia no desenvolvimento saudável da criança e na construção de sua personalidade.

Constata-se importante, novas pesquisas acerca do tema, sendo imprescindível ampliar o campo de informações atualizadas à sociedade, já que é um assunto abordado dentro dos aspectos jurídicos, será de grande valia e contribuição para discussões e reflexões a diversos profissionais, mobilizando as famílias, para que se atentem as consequências da devolução de uma criança adotiva, com o intuito diminuir esse ato. Perante o trabalho exposto, não foram abordados os assuntos sobre luto e adoção tardia, sendo essencial para uma nova pesquisa.

O objetivo dessa pesquisa atentou-se para investigar os aspectos afetivos que envolvem famílias que adotam. Desse modo, os resultados obtidos apresentaram um cenário de publicações sobre a temática. Todavia, ainda existe um hiato a respeito da compreensão sobre as vivências das pessoas e dos envolvidos neste processo, principalmente após a adoção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de adoção enfatizado neste trabalho mostrou uma intensa carga emocional, e afetos ambivalentes. Observou-se através desta pesquisa, como a origem da adoção, o modo como a criança é inserida no novo mundo familiar, o processo de adoção se configura e suas motivações, podem impactar no desenvolvimento da criança e em seu relacionamento social.

Sendo assim, deve-se favorecer as condições para que os pais possam refletir e trabalhar seus temores e fantasias, de modo a fortalecer e encontrar segurança para exercerem o papel materno e paterno como cuidadores legítimos. Com isto, destacou-se a importância da psicoterapia antes e depois do processo de adoção. Através da psicoterapia o profissional ajudará em uma melhor comunicação ainda antes da finalização da adoção, contribuindo na construção de um vínculo parental e de confiança, viabilizando o desenvolvimento saudável na criança.

A adoção suficientemente boa, citada neste trabalho, não é apenas um evento bem-sucedido de integração da criança em um lar substituto, pois concerne também, em um processo no qual os familiares, os pais e a própria criança se esclarecem, se identificam, se enriquecem reciprocamente, e assim, transformem-se a partir de posições que contribuem para a construção de um ambiente saudável, em que tanto os papéis, escolhas, valores e necessidades possam ser coerentes.

A adoção possibilita as crianças e adolescentes o direito a convivência em um âmbito familiar saudável. No entanto, a devolução dessas crianças afeta diretamente a efetivação desse direito. Dado isso, existe a necessidade de criar ações e medidas, rever os fatores envolvidos no processo de adotar, com o intuito da diminuição de sofrimento as famílias, crianças e adolescentes que passam por uma adoção mal sucedida e evitar tal ato.

No que tange as hipóteses acerca de que a adoção possibilita a criança ter uma família, um lar que a receberá com carinho e cuidados para que cresça saudavelmente, conclui-se que a família, não apenas os pais, mas os irmãos, os avós, os tios e todo o convívio familiar, precisa acolher essa criança como novo membro da família, criar vínculo afetivo para que a criança se sinta pertencente aquela família, crie um laço de confiança e segurança. Desse modo, a criança terá um desenvolvimento saudável física e emocionalmente, construindo sua personalidade sob um verdadeiro self.

Por fim, conclui-se que pais que não podem gerar seus filhos, em um processo de adoção assistido vivenciam diversas histórias relacionadas a dor não superada, como; luto, aborto, idealização do filho adotivo entre outras questões. Portanto, é preciso trabalhar antecipadamente com esses pretendentes para que haja a possibilidade de preencher o vazio que sentem com a adoção de uma criança.

Espera-se que as discussões aqui propostas possam impulsionar outros estudos com intenção de que o tema adoção seja gradualmente abordado diante as atuais mudanças da adoção no contexto brasileiro e seus aspectos legais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Casa Civil, Lei Nº 3.133, de 08 de maio de 1957. Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil. **Diário Oficial**, Brasília, 1957.

BRASIL, Casa Civil, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 1990.

BRASIL, Casa Civil, Lei Nº 12.010/09, de novembro de 2009. **Diário Oficial**, Brasília, 2009.

BRASIL, Casa Civil, Lei Nº 4.655, de 02 de junho de 1965. Dispõe sobre a legitimidade adotiva. **Diário Oficial**, Brasília, 1965.

BRANDALISE TIBOLA, Vanessa; SUZUKI KEMMELMEIER, Verônica. Trabalho Interprofissional em fóruns: Sua importância nos casos de adoção. **Psicologia Argumento**, [S.l.], v. 30, n. 71, nov. 2017. ISSN 1980-5942. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.7475>>. Acesso em: 17 mar. 2020.

DIAS, Elsa Oliveira. **A teoria do amadurecimento** de D. W. Winnicott / Elsa Oliveira Dias. – 4. Ed. São Paulo: DWW Editorial, 2017.

GOES, Alberta Emília Dolores de. **Criança não é brinquedo**: a devolução de crianças e adolescentes em processos adotivos. Rio de Janeiro: v. 1, n. 0, p. 85-93, 2014.

KLEIN, Melanie. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996. 504p. (Obras completas de Melanie Klein; v. 1)

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: **História social da infância no Brasil** [S.l: s.n.], 2016.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 10, núm. 2, maio-agosto, 2010, pp. 356-372 **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Brasil.

MORELLI, Ana Bárbara; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTEIRO, Tales Vilela. O "lugar" do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 175-194, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652015000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 set 2020.

NASIO. J.D. ... [et al];– **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

OLIVEIRA, Patrícia Aurília Breckenfeld Alexandre de; SOUTO, Jailma Belarmino; SILVA JUNIOR, Edivan Gonçalves da. Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 4, p. 909-922, Dec. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003672016>. Acesso em: 22 set 2020

OTUKA, Livia Kusumi; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 55-63, Mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100007>. Acesso em 01 out 2020

PAIVA, Leila Dutra de. **Adoção: Significados e Possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. (Coleção Psicologia Jurídica).

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** (recurso eletrônico): métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PSICOLOGIA DA FAMÍLIA E ADOÇÃO. Disponível em: <http://psicologiaeadocao.blogspot.com/2010/06/frase-de-lidia-weber.html>. Acesso em 11 nov. 2020.

REIS, Renata Mara Alves dos. **A atitude antissocial de crianças adotadas como um caso particular de reação à privação**. 2010. 107 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.

ROSSATO, Jussara Glória; FALCKE, Denise. Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 128-139, 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 de set. 2020.

SEQUEIRA, Vania Conselheiro; STELLA, Claudia. Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 69-78, abr. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 de abr. 2020.

VERCEZE, Flávia Angelo et al. Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 92-106, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 29 de abr. de 2020.

WINNICOTT, Donald Woods. 1896-1971 **A criança e o seu mundo**. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. Tradução Álvaro Cabral. 6.ed. – [Reimpr.].

WINNICOTT, Donald Woods. **O ambiente e os processos de maturação**: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.